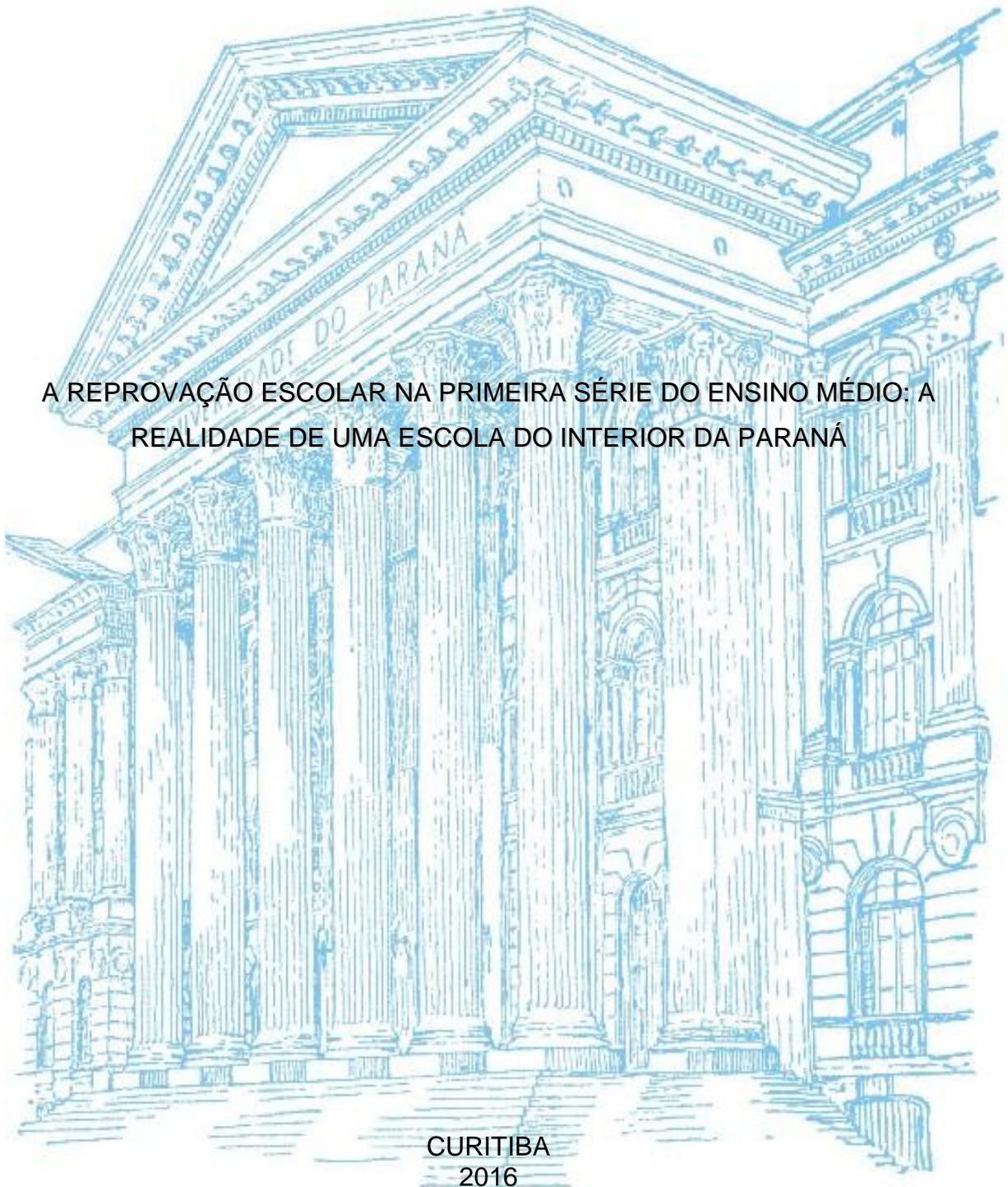


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ADENIR APARECIDA SCOPEL DE OLIVEIRA BONA

A REPROVAÇÃO ESCOLAR NA PRIMEIRA SÉRIE DO ENSINO MÉDIO: A  
REALIDADE DE UMA ESCOLA DO INTERIOR DA PARANÁ



CURITIBA  
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

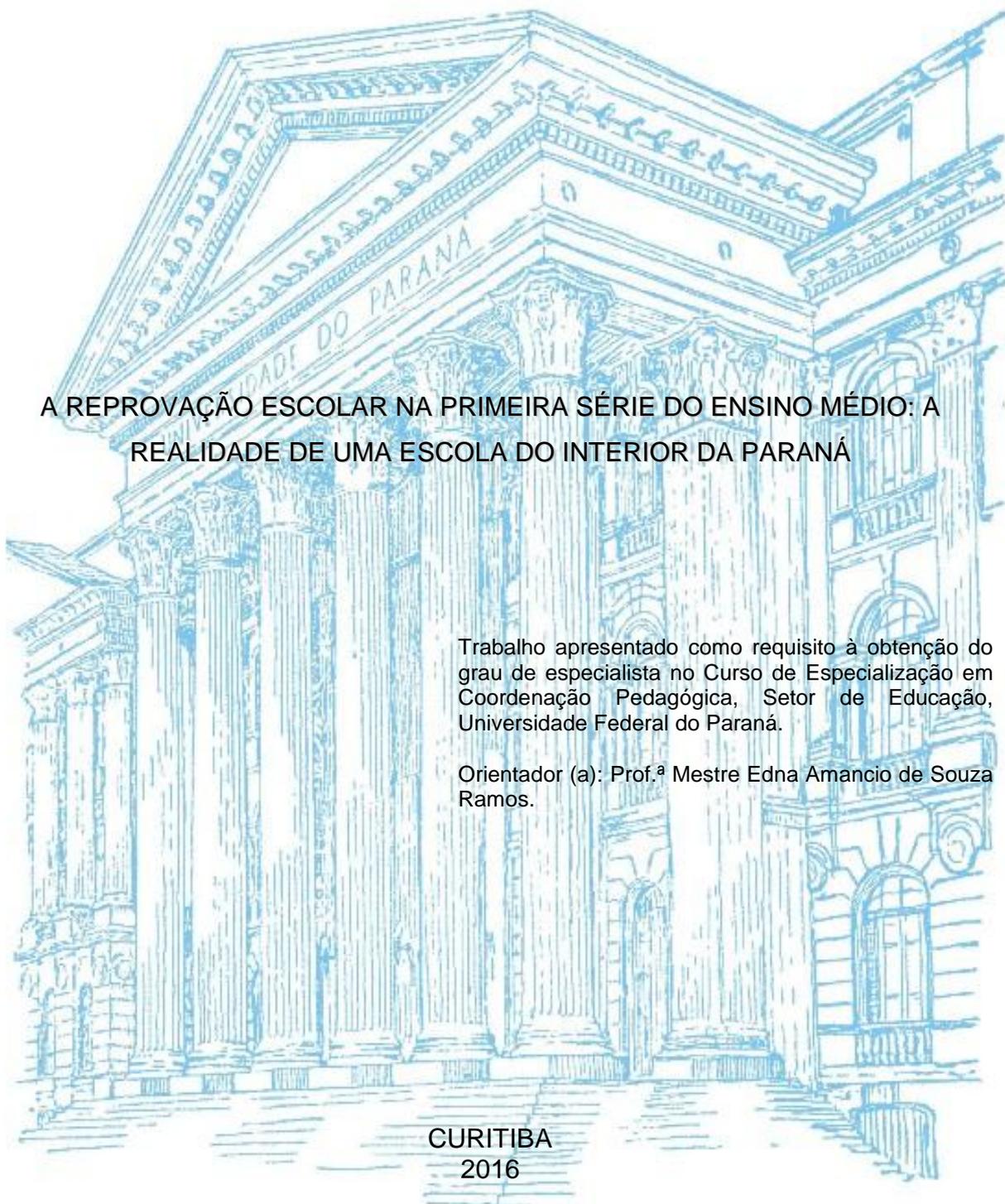
ADENIR APARECIDA SCOPEL DE OLIVEIRA BONA

A REPROVAÇÃO ESCOLAR NA PRIMEIRA SÉRIE DO ENSINO MÉDIO: A  
REALIDADE DE UMA ESCOLA DO INTERIOR DA PARANÁ

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Prof.<sup>a</sup> Mestre Edna Amancio de Souza Ramos.

CURITIBA  
2016



# **A REPROVAÇÃO ESCOLAR NA PRIMEIRA SÉRIE DO ENSINO MÉDIO: A REALIDADE DE UMA ESCOLA DO INTERIOR DA PARANÁ**

ADENIR APARECIDA SCOPEL DE OLIVEIRA BONA\*

## **RESUMO**

O presente estudo tem como objetivo geral investigar as principais causas da reprovação dos alunos da 1ª série do Ensino Médio de um Colégio Estadual do interior do Paraná. A pesquisa considera a possível influência dos fatores extraescolares na reprovação dos alunos e apresenta algumas causas intraescolares da reprovação. Registra e analisa os relatos de alguns destes alunos que vivenciaram a reprovação. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa com base em referências como livros, artigos e publicações científicas periódicas, bem como análise de números de reprovação na série estudada da escola pesquisada comparando com números estaduais e nacionais. Como instrumento de pesquisa utilizou de entrevistas semiestruturadas a oito estudantes e dezesseis professores do Ensino Médio verificando a percepção dos mesmos sobre este fato. Nas considerações finais se destaca a necessidade de cobrar do poder público e demais instituições que desempenhem o seu papel com seriedade, pois a educação escolar não está isolada do contexto social onde se insere. Ressaltando a importância de a escola buscar a democratização do conhecimento e ainda que esta não deveria atuar como meio de reforço da exclusão social, pois cabe aos educadores atuarem com responsabilidade visando combater a desigualdade e promovendo o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

Palavras-Chave: Reprovação. Ensino Médio. Causas intraescolares e extraescolares.

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente estudo tem como objetivo geral investigar as principais causas da reprovação dos alunos da 1ª série do Ensino Médio de um Colégio Estadual do interior do Paraná. Como objetivos específicos traçaram-se: pesquisar a possível

---

\*Artigo produzido pela aluna Adenir Ap. S. de Oliveira Bona do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Edna Amancio de Souza Ramos. E-mail: adenir.bona@gmail.com

influência dos fatores extraescolares na reprovação dos alunos da 1ª série do Ensino Médio; apresentar e discutir algumas causas intraescolares da reprovação dos alunos no início do Ensino Médio e registrar e analisar os relatos de alguns alunos da 1ª série do Ensino Médio que vivenciaram a reprovação escolar.

Ao analisar os dados estatísticos dos alunos da 1ª série do Ensino Médio da escola estudada e também por meio dos conselhos de classe e relatos de professores que trabalham com este nível de ensino, notou-se um alto índice de reprovação nestas turmas. Percebe-se assim a necessidade de compreender melhor este assunto que representa uma séria preocupação para a equipe escolar, pois apesar de ser do conhecimento dos educadores que os jovens estão mais tempo na escola, os mesmos parecem não evoluir nos estudos conforme o esperado.

A relevância desta pesquisa também reside no fato de que atualmente, segundo Kuenzer (2010), universalizar o Ensino Médio com qualidade social implica ações que tenham em vista à inclusão de todos na ação educativa, com garantia de acesso, permanência e sucesso nos estudos, atendimento justo à diversidade socioeconômica, cultural, de gênero, étnica, racial e de acessibilidade, visando à igualdade de direitos e a gestão democrática.

A pesquisa foi realizada de forma qualitativa com base em referências bibliográficas (livros, artigos e publicações científicas periódicas). Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com oito alunos que ficaram retidos na primeira série do Ensino Médio em 2015 e com dezesseis professores do Ensino Médio investigando a percepção dos mesmos sobre a reprovação e suas possíveis causas.

As considerações finais apresentam a necessidade de cobrar do poder público e demais instituições da sociedade que desempenhem o seu papel com seriedade, pois a educação escolar não está isolada do contexto social onde se insere. Percebeu-se a importância da escola buscar a democratização do conhecimento e que esta não deve atuar como meio para reforçar a seleção social, pois cabe aos educadores atuar com responsabilidade visando combater a desigualdade e promovendo o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

## 2 O ENSINO MÉDIO ATUAL: ASPECTOS LEGAIS E DADOS NACIONAIS E ESTADUAIS SOBRE REPROVAÇÃO

Com relação aos aspectos legais este trabalho retoma uma discussão ainda muito presente nas escolas brasileiras: os altos índices de reprovação no nível médio. Sobre esse assunto a Constituição Federal de 88 (artigo 205) aponta que o direito a educação está garantido e existe uma porcentagem determinada da arrecadação dos impostos para isso. No entanto, apesar desta garantia legal percebe-se que nem todos têm acesso à escola de qualidade e/ou permanecem nela até concluir os estudos, cujo direito parte do reconhecimento de que o saber sistemático é uma herança cultural que pode tornar os sujeitos mais capazes de participar dos destinos de sua sociedade.

Ao estudar as leis nota-se que o este nível de ensino aparece na legislação educacional ainda como uma meta a ser atingida e só a partir de 2009, torna-se de carácter obrigatório por meio da Emenda Constitucional 59:

Art. 208 I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (EMENDA CONSTITUCIONAL 59/2009).

Este tema é de suma importância sendo que a própria Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1.996 foi modificada pela Lei nº 12.061/2009 quando se alterou o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10 da mesma, para assegurar o acesso de todos os interessados ao Ensino Médio público:

Art. 4º (...) II - universalização do ensino médio gratuito; (LEI Nº 12.061/2009).

Art. 10. (...) VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, (...) (LEI Nº 12.061/2009).

Antes da Lei 12.061/09, o Estado apenas tinha o compromisso de fornecer universalmente a educação até o Ensino Fundamental, ficando o nível Médio indicado apenas como uma progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade como dispunha o artigo 4º, inciso II da LDB. Com esta nova Lei, o Estado deve garantir o Ensino Médio totalmente obrigatório e gratuito para toda população que dele necessitar, ou seja, universalmente.

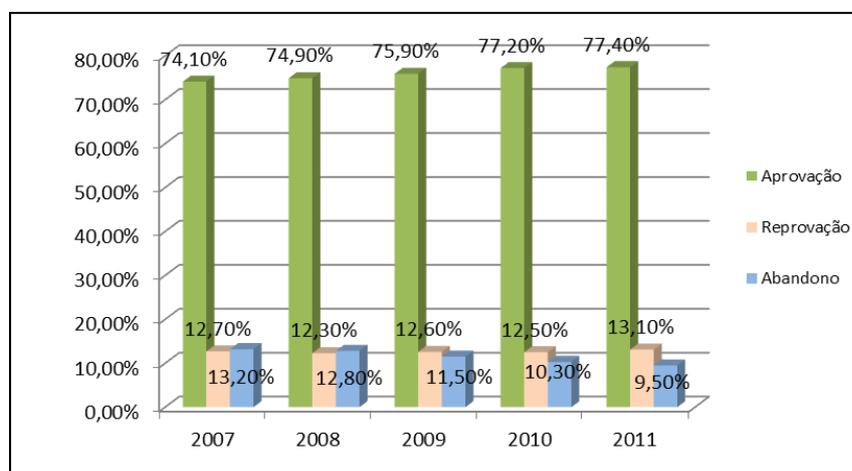
Nesse sentido, a Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012, que delibera sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, no capítulo II discute sobre o referencial legal e conceitual sendo que no art. 3º reafirma que o Ensino Médio é um direito social de cada pessoa e dever do Estado na sua oferta pública e gratuita a todos (BRASIL, 2012).

No entanto, contrariando estas leis, hoje, de cada quatro alunos matriculados, um não tem sucesso na aprovação para a série seguinte, ou para concluir o Ensino Médio. O aumento das matrículas na rede estadual do Paraná refletiu-se em um aumento nas taxas de reprovação e estabilidade nas taxas de abandono. O percentual de estudantes com idade de 15 a 17 anos no Ensino Médio ainda é baixo - 17,3% para 50,9% no período entre 1991 a 2010. A outra metade da juventude ainda está no fundamental (34,3%) ou sem frequentar a escola (BRASIL, 2013).

## 2.1 DADOS NACIONAIS E ESTADUAIS SOBRE A REPROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) o índice de alunos reprovados no Ensino Médio brasileiro, no ano de 2011 chegou a 13,1%, a maior taxa desde 1999, ano em que os dados começaram a ser disponibilizados no site do INEP do Ministério da Educação. Ao analisar os dados apresentados nos últimos três anos conforme mostra o GRÁFICO 1 percebe-se que houve aumento da reprovação, diminuição do abandono, mas as aprovações não tiveram mudanças significativa. Estes dados podem ser constatados no GRÁFICO 1, abaixo:

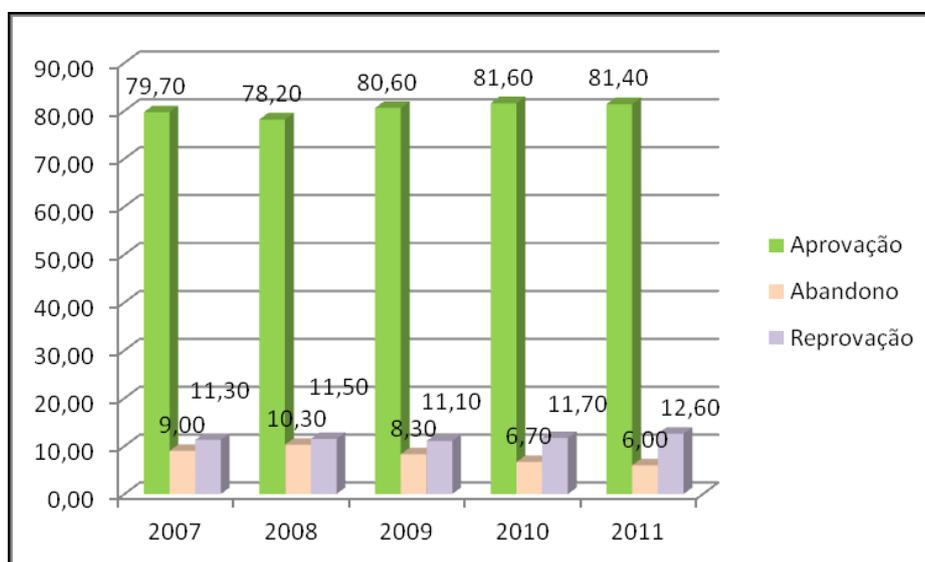
GRÁFICO 1 – RENDIMENTO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO – BRASIL – 2007-2011



FONTE: BRASIL. MEC/INEP, 2012.

O GRÁFICO 2 destaca a porcentagem de alunos que reprovaram e que abandonaram a escola no estado do Paraná de 2007 a 2011. Nota-se que os índices de abandono parecem diminuir entre 2009 a 2010 quando passam de 8,30% em 2009 para 6,70% em 2010 e 6,00% em 2011. Esta diminuição, no entanto, aparenta refletir nas reprovações que aumentam nestes anos também, indo de 11,10% em 2009 para 12,60% em 2011. Os índices de aprovação apresentam pequenas mudanças para melhor nesta fase estudada passando de 80,60% em 2009, 81,60% em 2010 e 81,40% em 2011.

GRÁFICO 2 - RENDIMENTO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO – PARANÁ – 2007-2011



FONTE: BRASIL. MEC/INEP, 2012.

Ao comparar os dois gráficos (dados do Brasil e do Paraná) percebe-se que no Paraná a taxa de reprovação está acima da média nacional, e ainda subiu. Em 2011 o índice foi de 12,6%, diante das taxas de 11,7%, 11,1% e 11,5% registradas nos anos de 2010, 2009 e 2008, respectivamente. Enquanto que as taxas nacionais são de 9,50% em 2011, 10,30% em 2010 e 11,50% em 2009, ou seja, o Paraná demonstra que seus índices de reprovação no Ensino Médio aumentaram com o passar dos anos enquanto que no Brasil em geral estes índices parecem ter diminuído.

De acordo com Nevo (1998), estes dados dão a impressão de terem sido disponibilizados muito mais para produzir informações para os gestores de redes educacionais do que para apoiar ou subsidiar os professores a analisarem os resultados com o objetivo de rever a sua prática de ensino e avaliação. Ou seja, é

necessário que ocorra uma articulação entre esses dados e o trabalho pedagógico escolar visando melhorá-lo.

Nesse sentido Moraes e Alavarse (2011) defendem que é importante ter acesso a essas informações as quais podem favorecer a solução dos desafios educacionais. Contudo, elas são parte de uma análise da qualidade da escola cuja complexidade exige diversos outros instrumentos e medidas, principalmente aqueles que podem garantir condições de um Ensino Médio compreendido em suas dimensões de infraestrutura material e pedagógica. Entende-se aqui a importância de refletir também sobre uma alternativa de superar a reprovação no estado do Paraná.

## 2.2 PROGRAMA ENSINO MÉDIO POR BLOCOS DE DISCIPLINAS SEMESTRAIS: UMA ALTERNATIVA PARA SUPERAÇÃO DA REPROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO PARANÁ

Entre as diferentes ações desenvolvidas para o Ensino Médio ao longo dos anos no estado do Paraná, destaca-se neste trabalho o Ensino Médio por Blocos de Disciplinas Semestrais. Esta ação buscou minimizar os desafios do Ensino Médio na gestão 2007-2010, em que foi implantado com a denominação de Programa Ensino Médio Organizado por Blocos de Disciplinas Semestrais (EMBDS).

De acordo com Ramos (2013) esta proposta implementada pela SEED visou enfrentar o problema dos altos índices de reprovação e abandono escolar na primeira gestão do governo Requião identificados entre 2003-2006 e começou a ser elaborada em 2007, já na sua segunda gestão, com implantação apenas em 2009, de forma optativa.

A organização teve impacto sobre a possibilidade de um novo formato das disciplinas e do tempo da escola do Ensino Médio da rede estadual. Segundo a proposta, a escola poderia optar ou não pela organização a partir do ano de 2009 a qual possuía como princípios: o direito à continuidade dos estudos e o aproveitamento dos estudos parciais. Assim, ao obter-se a dedicação do aluno a um número menor de disciplinas com mais efetividade nos estudos houve o aumento do índice de aprovação.

O QUADRO 1 abaixo demonstra de maneira sintética este programa:

QUADRO 1 - COMPARATIVO ENTRE A ORGANIZAÇÃO ANUAL E EM BLOCOS DE ACORDO COM O DOCUMENTO NORTEADOR DA PROPOSTA

<b>ORGANIZAÇÃO ANUAL</b>	<b>ORGANIZAÇÃO POR BLOCOS DE DISCIPLINAS SEMESTRAIS</b>
<u>Elevados índices de evasão e repetência em todas as séries.</u> (SEED/SAE/2007)	Menos disciplinas ao ano objetivando com isso mais sucesso do aluno nos estudos. <u>Aumento do índice de aprovação.</u>
<u>Poucas aulas de cada disciplina da Matriz Curricular.</u>	<u>Mais aulas de cada disciplina e de forma concentradas</u> - maior contato entre professor e alunos.
Caso o aluno <u>desista de estudar</u> <u>perde o ano letivo inteiro.</u>	Caso desista, tem garantido o Bloco em que obteve êxito e <u>pode retomar o estudo em outro semestre.</u> Pode também <u>iniciar a série no meio do ano.</u>
<u>200 dias letivos por série.</u>	Os <u>200 dias</u> letivos exigidos legalmente são <u>garantidos: 100 dias a cada Bloco</u> .
O aluno estuda <u>doze disciplinas</u> o ano todo.	São garantidas as <u>doze disciplinas</u> : seis a cada semestre de forma mais concentrada e focada.

FONTE: SUED/SEED 2009.

O EMBDS foi apresentado em diversos momentos como a inovação do estado do Paraná para o seu Ensino Médio.

A escola estudada nunca adotou este tipo de organização porque o Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras responsável pela coordenação da mesma sugeriu que não era uma estratégia viável na época, pois o estabelecimento possuía apenas uma turma de 1ª série de Ensino Médio por turno, apesar de a proposta permitir considerar turmas de turnos diferentes para formar número par de turmas. Interessante destacar aqui, que seria uma possibilidade de enfrentamento da realidade da reprovação, mas mesmo a escola demonstrando interesse, não conseguiu a implantação, por limitações apresentadas pelo Núcleo Regional. Dessa forma, a reprovação escolar continuou a ser um problema preocupante na escola em questão, sem uma ação específica de superação.

### 2.3 ALGUMAS CAUSAS DA REPROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO

De acordo com a análise da literatura são identificadas causas extra e intra escolares de reprovação dos alunos da 1ª série do Ensino Médio. Este estudo aborda brevemente ambas.

Conforme o dicionário Michaelis (1998) o termo extraescolar significa [...] “Que não pertence, ou não se relaciona, ao currículo escolar; que se desenvolve fora da escola.” Neste aspecto Dourado (2007) aponta a dimensão sócio econômica e

cultural como aspectos que exercem grande influência no processo educativo. O mesmo autor destaca também que o capital econômico, social e cultural (das famílias e dos alunos) exerce grande influência na aprendizagem escolar e na trajetória escolar e profissional dos estudantes assim como o nível de renda, o acesso a bens culturais e tecnológicos, como a Internet, os hábitos de leitura dos pais, o ambiente familiar, a participação dos pais na vida escolar do aluno, a imagem de sucesso ou fracasso projetada no estudante, as atividades extracurriculares, dentre outras, interferem significativamente no desempenho escolar e no sucesso dos alunos.

Haddad (2004) discorre que as limitações de natureza econômica produziram certas consequências aparentemente negativas aos avanços educativos, pois se percebeu que aumentou a cobertura e o acesso a educação, porém com recursos limitados e baixa qualidade. Compreende-se, dessa forma, que apesar da educação ser um direito humano fundamental na construção da equidade social, para se concretizar em um país com as desigualdades sociais como o nosso precisa-se avançar muito na compreensão (principalmente das autoridades políticas) de que a educação pública de qualidade pode ser um importante instrumento de melhoria social e de democratização de oportunidades.

Corroborando com essa ideia, estudos realizados nos últimos anos indicam diversos elementos que podem influenciar no fracasso escolar como os fatores sociodemográficos que fazem parte do ambiente em que a criança se desenvolve. O nível socioeconômico da família e o nível de instrução dos pais também têm sido apontados como possíveis determinantes do baixo desempenho acadêmico (CARVALHO, 2004). Alguns desses estudos concluem que determinados contextos escolares apresentem características que tornam o sujeito mais vulnerável à produção do fracasso. Dessa forma, o fracasso escolar passa a ser analisado a partir da compreensão dos fatores sociais, culturais e históricos. É praticamente consensual a necessidade da compreensão do fenômeno vinculada às circunstâncias históricas e sociais onde essa realidade ocorre (NOGUEIRA, 2004).

Dourado (2007) defende que existe uma relação concreta entre a educação e o desenvolvimento integral do ser humano, considerando que a primeira proporciona conhecimentos e habilidades para uma vida produtiva e a construção de uma sociedade democrática, intercultural e cidadã. Destaca a importância das políticas públicas e, dentre estas, as políticas sociais e educativas principalmente no tocante

as questões extraescolares cuja ausência ou ineficácia podem interferir negativamente no processo educativo. Outro ponto apontado pelo autor é a necessidade de definir as finalidades e os princípios educacionais que orientam o processo ensino-aprendizagem de forma articulada com a trajetória histórico-cultural dos alunos e com o projeto de nação no estabelecimento de diretrizes e bases para o sistema educacional.

Também com relação a estes fatores extraescolares, Dourado (2007) defende a importância da superação das condições de vida das camadas sociais menos favorecidas cujas dimensões devem ser avaliadas no estabelecimento de políticas educativas, programas de formação e ações de gestão pedagógicas. Assim, sobre a dimensão socioeconômica e cultural dos educandos defende a necessidade de políticas públicas e projetos escolares para o enfrentamento de questões como: fome, drogas, violência, sexualidade, raça e etnia, acesso à cultura, saúde, etc.; Considera fundamental a gestão adequada para lidar com a heterogeneidade sociocultural dos sujeitos-estudantes das escolas e a necessidade do desenvolvimento integral dos mesmos assim como a definição de ações e programas voltados à dimensão econômica e cultural, contribuindo para o êxito no processo ensino-aprendizagem.

Sobre o papel do Estado o mesmo autor enfatiza a necessidade da implementação da educação obrigatória como um direito do indivíduo e dever do Estado; a definição e a garantia de padrões mínimos de qualidade, com igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; a definição de diretrizes nacionais para os níveis, ciclos e modalidades de educação ou ensino; a prática de um sistema de avaliação para subsidiar a gestão educativa e garantir a melhoria da aprendizagem; programas suplementares e de apoio pedagógico, de acordo com as especificidades de cada país, tais como: livro didático, merenda escolar, transporte escolar, recursos tecnológicos, segurança nas escolas, etc. (DOURADO, 2007).

Enfim, acredita-se que a inexistência de políticas regulares visando à melhoria e a equidade de condições entre as escolas de Ensino Médio da rede pública deve ser vencida. A obrigatoriedade posta na Constituição Federal da oferta educativa do Ensino Médio a todos que necessitam cursá-lo deveria vir atrelada a políticas que possibilitassem esta oferta com qualidade (OLIVEIRA, 2010).

Dessa forma considera-se importante analisar os fatores internos da reprovação escolar, que são as causas intraescolares. Conforme o dicionário

Michaelis (1998) intraescolar significa fatores internos, de dentro da própria escola. Dourado (2007) afirma que entre as principais dimensões intraescolares que podem interferir no sucesso escolar dos alunos citam-se: as condições de oferta do ensino; a gestão e organização do trabalho escolar e a ação pedagógica. Sobre o sistema escolar, destaca a importância de instalações gerais adequadas aos padrões mínimos de qualidade definidos pelo sistema nacional de educação assim como definição de custo-aluno anual que assegure ensino de qualidade. Com relação à escola, o autor defende a importância da gestão democrática, da organização do trabalho escolar e da avaliação apropriada visando à garantia da aprendizagem dos alunos por meio de métodos, recursos e planejamentos coerentes. Quanto ao professor enfatiza a formação, a profissionalização e o vínculo a uma só escola com plano de carreira justo; a definição da relação alunos/docente adequada ao nível de escolarização; carga horária para a realização de atividades de planejamento, estudo, reuniões pedagógicas, atendimento a pais etc. Sobre os alunos o autor aponta o acesso e a permanência na escola, assim como o desempenho escolar, fatores essenciais. Nesse sentido, o autor defende a oferta de uma jornada escolar ampliada com condições de permanência à diversidade sócio-econômica e cultural e processos avaliativos focados no desenvolvimento dos estudantes (DOURADO, 2007).

O mesmo autor afirma que a escola pode ser o local onde o objetivo máximo da educação acontece, pois é nela onde ocorre o atendimento direto aos alunos por meio do processo ensino aprendizagem. Enfim é neste local que as metas e políticas estabelecidas pelo governo são atingidas ou não. (DOURADO, 2010)

Oliveira (2010) aponta que a escola enfrenta uma crise que se reflete especialmente no Ensino Médio. Esta situação se expressa por meio de diversos aspectos como o desinteresse dos jovens pela escola, os problemas disciplinares, a violência nas relações escolares etc. Além disso, existem as condições precárias do ensino como as escolas mal equipadas, professores despreparados, mal remunerados e às vezes sem tempo e espaço para trabalhar uma educação mais adequada aos alunos da escola pública. Juntamente com a expansão do atendimento, as políticas públicas educacionais precisam prever um trabalho relacionado à qualidade dos serviços oferecidos, buscando oferecer um ambiente mais atrativo aos jovens assim como melhores condições de trabalho aos docentes

possibilitando o desenvolvimento de maiores vínculos com seu trabalho e dedicação à educação desses jovens.

A LDB nº 9.394/96 garante o direito do aluno ao conhecimento com um padrão de qualidade sendo que o artigo 13 desta Lei estabelece os deveres do docente, entre os quais, a elaboração conjunta do projeto pedagógico e do plano de trabalho que deve ser cumprido. Nesse sentido Cury (2006) escreve sobre a responsabilidade dos diretores e coordenadores na organização pedagógica do calendário escolar, dos conteúdos curriculares, das formas de aproveitamento de estudos, dos processos avaliativos e das formas de recuperação (quando necessárias) garantindo que as finalidades (art. 22 da LDB) da educação básica se cumpram assegurando o ensino de qualidade como um bem público.

Assim, para melhorar a qualidade da educação, Sousa (1995) discorre sobre a necessidade da avaliação institucional na escola como “[...] processo de busca de compreensão da realidade escolar, com o fim de subsidiar as tomadas de decisões quanto ao direcionamento das intervenções, visando ao aprimoramento do trabalho escolar (SOUSA, 1995, p. 63).” O autor aponta que esse processo tem como referências os princípios e as finalidades postos no projeto da escola, ao mesmo tempo em que auxilia a sua própria redefinição.

Este autor também defende a importância de avaliar todos os integrantes e os diversos componentes da organização escolar; a atuação do professor e de outros profissionais da escola; os conteúdos e processos de ensino; as condições, as dinâmicas e as relações de trabalho; os recursos físicos e materiais disponíveis; a articulação da escola com a comunidade e com os grupos organizados da sociedade e com as outras escolas e instâncias do sistema (SOUSA, 1999).

Visando compreender melhor a escola estudada, na sequência faz-se uma análise de sua realidade no quesito reprovação.

### **3 A REPROVAÇÃO DO ALUNO DO ENSINO MÉDIO NO COLÉGIO ESTUDADO**

Não aprovar; desaprovar, rejeitar, censurar severamente; condenar. Não considerar o examinando como suficientemente habilitado. Estas são as explicações para a palavra reprovar apresentadas pelo dicionário Michaelis (1998). De acordo com os dados apresentados pelo senso escolar brasileiro, são apontados dados de reprovação apontados índices preocupantes:

QUADRO 2 - QUADRO COMPARATIVO DEMONSTRANDO AS TAXAS DE REPROVAÇÃO EM 2014 NO BRASIL, NO PARANÁ, EM CANTAGALO E NA ESCOLA ESTUDADA.

Taxas	Brasil	Paraná	Cantagalo	Colégio pesquisado (Ensino Médio – todas as séries)	1ª Série do E M do Colégio estudado
Taxa de reprovação	12,2%	12,5%	8,3%	9,4%	14,7%

FONTE: <http://www.qedu.org.br>

O QUADRO 2 acima demonstra que os índices de reprovação da primeira série do Ensino Médio do Colégio estudado são alarmantes, pois enquanto que no ano de 2014 o índice de reprovação do Ensino Médio no município de Cantagalo (onde está localizada a escola) é 8,3%, o índice de retenção na 1ª série do Ensino Médio da referida escola é 14,7%. Estes dados superam inclusive os estaduais e nacionais que são respectivamente 12,5% e 12,2%.

Nesse aspecto Arroyo (2000) faz uma reflexão que vai além da superficialidade da simples definição de palavras ou constatação de números e aponta que:

O fracasso escolar é uma expressão do fracasso social, dos complexos processos de reprodução da lógica e da política de exclusão que perpassa todas as instituições sociais e políticas, o Estado, os clubes, os hospitais, as fábricas, as igrejas, as escolas... Política de exclusão que não é exclusiva dos longos momentos autoritários, mas está incrustada nas instituições, inclusive naquelas que trazem em seu sentido e função a democratização de direitos como a saúde, a educação. (ARROYO, 2000, p. 34).

As reprovações, muitas vezes, têm o propósito de isentar a escola por sua incompetência culpabilizando apenas o aluno pelo fracasso. Paro (2003) escreve que a reprovação pode representar um castigo para aluno quando a equipe escolar não realiza nenhum acompanhamento pedagógico após o ocorrido:

[...] os que são reprovados devem repetir o mesmo processo no ano seguinte, em geral com o mesmo professor (ou professores) e com a utilização dos mesmos recursos e métodos do ano anterior. Para os reprovados, o absurdo da situação não é apenas que se espera todo um ano para se verificar que o processo não deu certo (o que já não é de pouca gravidade); o absurdo consiste também em que nada se faz para identificar e corrigir o que andou errado. Não se trata propriamente de uma avaliação, mas de uma condenação do aluno, como se só ele fosse culpado pelo fracasso. Como se o processo não fizesse parte do aluno, o professor (ou professores) e todas as condições em que se dá o ensino na escola (PARO, 2003, p. 41-42).

Assim o autor questiona o fato da escola não estar executando o seu papel educativo de intervir e interpretar as dificuldades do aluno como se este fosse o único responsável pela reprovação.

Nesse sentido Cortella (1988) compara o fracasso escolar a uma epidemia nos levando a questionar sobre a importância de percebermos as causas intra-escolares do insucesso escolar como o uso não-reflexivo dos livros didáticos, passando por conteúdos excessivamente abstratos e sem integração e chegando à culpabilização dos alunos pelo próprio fracasso.

O professor Vasconcellos (2005) esclarece que a reprovação escolar deve ser superada pelos seguintes motivos: é fator de discriminação e seleção social; é fator de distorção do sentido da avaliação; pedagogicamente não é a melhor solução; não é justo o aluno pagar por eventuais deficiências do ensino; tem um elevado custo social e toda criança é capaz de aprender. Para enfrentar o problema da reprovação o autor sugere que se deve manter a qualidade do ensino por meio de um sério compromisso com a aprendizagem, por parte dos educadores.

Dalben (2004) aponta que uma das maneiras de transformar os processos avaliativos dos alunos em um momento de integração e discussão dos procedimentos pedagógicos seria buscar, por meio de um conselho de classe crítico, garantir o direito do aluno o acesso ao conhecimento com qualidade. Este momento pode ser uma forma de aglutinar as diferentes análises e avaliações dos diversos profissionais fazendo deste um espaço de diálogo entre diferentes posturas, quando os posicionamentos e pontos de vista seriam relativizados, diminuindo-se os erros de avaliação e permitindo a produção de conhecimentos mais próximos do real.

Assim, tendo em vista complementar esta reflexão apresenta-se abaixo uma análise das entrevistas realizadas com alunos e professores da escola em questão.

### 3.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS COM A PESQUISA REALIZADA COM OS ALUNOS E PROFESSORES DA ESCOLA ESTUDADA

Foram realizadas entrevistas com alunos e professores sobre a reprovação na 1ª série do Ensino Médio, sendo oito alunos da 1ª série do Ensino Médio e dezesseis professores que atuam com estas turmas no Colégio pesquisado. Com relação aos alunos a amostra foi constituída por oito alunos com idades entre 15 e

18 anos que reprovaram na 1ª série em 2015: os oito indivíduos haviam estudado no período vespertino.

Procedendo à coleta de dados, os alunos receberam explicações sobre o significado, importância e objetivo do estudo. Todos responderam a entrevista no respectivo turno de estudo e em sala separada dos demais colegas de turma. As eventuais dúvidas foram elucidadas durante o trabalho e o tempo para o preenchimento dos instrumentos foi de 15 minutos aproximadamente.

Após a realização das entrevistas os dados coletados foram sistematizados na tabela abaixo quando se procurou organizar de forma sintética as respostas dos alunos.

QUADRO 3 - APRESENTAÇÃO SINTÉTICA DOS DADOS COLETADOS EM ENTREVISTA COM OS ALUNOS QUE REPROVARAM NA 1ª SÉRIE EM 2015 NO COLÉGIO PESQUISADO

TOTAL DE ALUNOS ENTREVISTADOS: OITO ALUNOS	CAUSAS DA REPROVAÇÃO DE ACORDO COM A PERCEPÇÃO DO (A) ALUNO (A)	NÚMERO DE REPROVAÇÕES NA 1ª SÉRIE DO EM	IDADE
Aluno "A"	- O método de ensino dos professores era desestimulante; - A indisciplina e a falta de organização da minha turma; - Tive muitas faltas e isso prejudicou o meu aprendizado; - Não estudava e nem fazia as tarefas por preguiça.	2	17
Aluno "B"	- Dificuldade de acesso a internet, livros e/ou biblioteca; - O método de ensino dos professores era desestimulante; - Não tenho o hábito de ler e isso pode ter prejudicado a minha aprendizagem; - Não estudava nem fazia as tarefas por falta de tempo; - A indisciplina e a falta de organização da minha turma; - Faltou acompanhamento da equipe escolar.	1	16
Aluno "C"	- Estava confuso e sem perspectiva e acabei reprovando.	3	18
Aluno "D"	- A indisciplina e a falta de organização da minha turma; - Tive muitas faltas e isso prejudicou o meu aprendizado; - Faltou acompanhamento da equipe escolar.	1	16
Aluno "E"	- Tive muitas faltas e isso prejudicou o meu aprendizado;	2	17
Aluno "F"	-Dificuldades econômicas (trabalhar para colaborar no orçamento da família). - Tive muitas faltas e isso prejudicou o meu aprendizado.	1	15
Aluno "G"	- Não estudava e nem fazia as tarefas por preguiça. - A indisciplina e a falta de organização da minha turma.	2	16
Aluno "H"	- Tive muitas faltas e isso prejudicou o meu aprendizado.	1	18

FONTE: ENTREVISTA REALIZADA COM OS ALUNOS DO COLÉGIO ESTUDADO. DADOS ORGANIZADOS PELA AUTORA.

Ao observar o QUADRO 3 se percebe que quatro dos oito alunos entrevistados já reprovaram mais de uma vez na 1ª série do Ensino Médio. Notou-se também que entre os oito alunos entrevistados cinco justificaram como uma das principais causas da sua reprovação o grande número de faltas. Relacionada a este fator, outro aspecto destacado pelos entrevistados foi a indisciplina de sua turma,

pois três dos oito entrevistados apontaram este quesito também como causador de sua reprovação.

A permanência do aluno na escola, conforme explica Cury (2006), está relacionada ao fato da mesma possuir regras internas que incentivem as formas dialógicas como alternativas de superação de tensões e conflitos. O Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 53, inciso II, afirma que a criança e o adolescente tem o direito de ser respeitados por seus educadores, sendo que um modo de perseguir a permanência destes na escola é a interação com as famílias ou com os responsáveis os quais tem a obrigação legal de matricular seus filhos nas redes de ensino.

De acordo com Abramovay e Castro (2003), muitos estudantes afirmam que as escolas de Ensino Médio são um local, muitas vezes, diverso das suas realidades e dos seus interesses, mostrando-se um espaço de conflitos e excludente.

Notou-se também entre os entrevistados que dois deles também acreditam que método de ensino dos professores pode prejudicar o seu rendimento escolar, assim como dois alunos citaram falta de acompanhamento da equipe escolar como causa de sua reprovação. Em contrapartida, dois alunos apontaram que podem ter reprovado porque não estudavam e nem faziam as tarefas por preguiça.

Para os sujeitos entrevistados a dificuldade de acesso à internet, livros e/ou biblioteca, o fato de não cultivar o hábito da leitura, não estudar por falta de tempo e estar passando por uma fase confusa e sem perspectivas em suas vidas também podem ter colaborado para o seu insucesso escolar.

Neste sentido Kuenzer (2007, p. 45) discorre:

A melhoria das condições de sucesso e permanência dos estudantes depende de uma série de investimentos, tendo em vista a qualidade do ensino: em equipamentos, em ampliação de espaços físicos, na qualificação permanente dos professores. Entretanto, nada será suficiente se não houver um rigoroso esforço na reconstrução da proposta político-pedagógica da escola, tendo em vista as demandas da educação do jovem e da sociedade, em face da nova realidade social produtiva (KUENZER, 2007, p. 45).

Dessa forma a LDB 9.394/96 aponta que o Ensino Médio deve trabalhar priorizando a diversidade dos sujeitos e que os professores devem auxiliar os educandos a se desenvolverem como pessoas, mediante aquisição e o desenvolvimento de competências e habilidades básicas, tanto cognitivas como de

socialização percebendo as expectativas e valores culturais de todos os educandos. Para que isso ocorra a escola necessita levar em conta a individualidade, a heterogeneidade e a coletividade dos educandos repensando suas as práticas pedagógicas e curriculares do dia a dia.

Abramovay e Castro (2003) destacam que atualmente o país está caminhando para a universalização do Ensino Médio, sendo responsabilidade do Estado atender a esta demanda. Assim, torna-se necessário corrigir as falhas deste nível de ensino, democratizando-o para proporcionar educação de qualidade a todos os cidadãos.

A respeito da amostra de professores entrevistados, contou-se com a colaboração de dezesseis educadores que atuaram nas primeiras séries do Ensino Médio da escola analisada em 2015 e atualmente também. Fazem parte deste grupo professores das diversas disciplinas, com idades entre 32 a 60 anos, de ambos os sexos. A entrevista foi respondida durante um conselho de classe quando foi explicado aos mesmos sobre a realização deste estudo.

Os professores entrevistados afirmaram que a principal causa de reprovação dos alunos na primeira série do Ensino Médio é a superlotação destas turmas. Esta situação, segundo os entrevistados, compromete o atendimento aos alunos em sala de aula e o rendimento dos mesmos.

De acordo com Oliveira (2006) a flexibilização do trabalho e as múltiplas funções atribuídas ao professor, encaminha-se para uma jornada de trabalho cada vez maior quando ocorre o aumento das tarefas sem a ampliação do tempo. Este aspecto se concretiza por meio de diversos fatores, entre eles no aumento do número de alunos por turma. Neste aspecto a precarização e a intensificação do trabalho docente da educação básica no Brasil se manifesta também por meio da formação indevida, infraestrutura imprópria, remuneração inadequada e jornada de trabalho intensificada (GATTI; BARRETO, 2009).

As limitações extraescolares que os alunos trazem para o nível médio como dificuldades econômicas, sociais, culturais e cognitivas foram consideradas pelos educadores que participaram da pesquisa como a segunda causa mais influente na reprovação dos alunos na primeira série do Ensino Médio.

Neste aspecto Kuenzer (2011) afirma que o abandono da escola média pública por parte do Estado, expresso na precarização e na intensificação do trabalho docente no Ensino Médio no Brasil, acaba cobrando do professor a

capacidade de atender, em uma escola em condições precárias, as deficiências culturais e cognitivas decorrentes da origem de classe da maioria dos alunos. A mesma autora aponta que o grande compromisso dos professores é a democratização do conhecimento aos educandos, instrumentalizando-os para o enfrentamento das desigualdades sociais ao possibilitar aos mesmos a participação da vida social e produtiva de seu país.

A terceira principal causa da reprovação dos alunos na primeira série do Ensino Médio apontada pelos entrevistados é o fato do sistema escolar impor poucas aulas para cada disciplina dificultando o desenvolvimento de um trabalho de qualidade em sala de aula.

Kuenzer (2010) afirma que o grande desafio para a escola atual é universalizar o Ensino médio com qualidade social. A mesma autora escreve que o desenvolvimento de um currículo amplo e articulado de caráter geral exige professores qualificados, bem pagos, estrutura física e materiais adequados para que possa ser implementado.

Três professores entre o grupo de entrevistados acreditam que proposta do Ensino Médio por Blocos implementada pela SEED que visou resolver o problema dos altos índices de reprovação e abandono escolar poderia ser uma possível solução para o fracasso escolar na 1ª série do Ensino Médio.

De acordo com Ramos (2010) a proposta do Ensino Médio em Blocos de Disciplinas Semestrais foi oferecida em diversas escolas do estado, sendo as matérias agrupadas em dois blocos, diminuindo a quantidade de disciplinas anuais, passando a serem semestrais, permanecendo com a mesma carga horária. A mesma autora também escreve, que, se caso acontecer à repetência, o sistema propicia ao aluno refazer as disciplinas semestrais, não perdendo um ano inteiro de estudos, pois desvincula o tempo letivo do ano civil, podendo o aluno completar seus estudos no meio do ano ou ao seu final.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho teve como objetivo geral investigar as principais causas da reprovação dos alunos na 1ª série do Ensino Médio em uma escola do interior do Paraná. Para alcançar tal objetivo buscou-se pesquisar a possível influência dos fatores extraescolares na reprovação destes alunos; apresentar e discutir algumas

causas intraescolares da reprovação dos alunos nesta etapa dos estudos registrando e analisando os relatos de alguns estudantes que vivenciaram o fracasso escolar nesta série. Também foram realizadas entrevistas com professores que atuam nas primeiras séries do Ensino Médio verificando a sua opinião sobre as causas do grande número de reprovação nestas turmas.

A partir dos dados obtidos e das análises realizadas foi possível notar que as causas extraescolares que dizem respeito às condições econômicas dos alunos como falta de saneamento básico, moradias inadequadas e outras privações podem representar um elemento explicativo para perceber a escola como algo distante e inútil na sua vida diária o que poderia explicar o excesso de faltas dos alunos pesquisados e a sua conseqüente reprovação.

Percebeu-se também, por meio das entrevistas com os professores que estes acreditam que as principais causas de reprovação na primeira série do Ensino Médio são (em ordem de relevância) a superlotação das turmas, as limitações extraescolares que os alunos trazem para o nível médio como dificuldades econômicas, sociais, culturais e cognitivas e o número reduzido de aulas de cada disciplina dificultando o desenvolvimento de um trabalho de qualidade em sala de aula.

Neste aspecto Kuenzer (2013) apresenta uma análise realista sobre a situação do Ensino Médio público brasileiro:

[...] a norma será lidar com trabalhadores e seus filhos, precarizados e excluídos, com suas experiências socioculturais peculiares, que não raro levam a dificuldades de linguagem, de raciocínio lógico-matemático e de relação com o conhecimento formalizado, com o que o professor precisará trabalhar respeitando a diversidade. Contudo, tem sido inegável o compromisso da escola pública e, portanto, de seus professores com o enfrentamento das desigualdades, pela via da democratização dos conhecimentos que minimamente permitirão aos alunos participar, da melhor forma possível, da vida social e produtiva (KUENZER, 2010, p. 90).

De acordo com a autora o professor deverá ter habilidade para atuar em sala de aula com a desigualdade e com a diversidade, em todos os aspectos e dimensões de seu trabalho visando minimizar as diferenças apresentadas pelos educandos objetivando o desenvolvimento cognitivo dos mesmos. Este trabalho pedagógico nem sempre será reconhecido em termos salariais, o que poderá impor ao educador mais empenho, competência e responsabilidade (KUENZER, 2010).

Diante deste contexto entende-se que as causas intraescolares também exercem grande influência no sucesso ou fracasso escolar dos educandos. Os alunos pesquisados relataram como possíveis causas de sua reprovação a indisciplina de sua turma, o método de ensino de alguns professores e a falta de acompanhamento da equipe escolar. Essas características dizem respeito aos aspectos pedagógicos e organizacionais da comunidade escolar. Dessa forma entende-se que a formação docente, o comprometimento da equipe escolar, as condições de infraestrutura da instituição de ensino, o ambiente da escola, os recursos educacionais disponíveis como fatores relevantes para a melhoria do rendimento escolar dos alunos o que pode influenciar no sucesso escolar dos mesmos.

Conforme as leituras e estudos realizados sobre este tema percebe-se a necessidade da criação de condições para a oferta da Educação Básica de qualidade como um direito social. No entanto, com relação às políticas públicas, essas parecem buscar resolver problemas históricos de forma pouco convincente. É importante que sejam planejadas políticas públicas visando garantir a permanência e o sucesso escolar dos alunos, pois estamos longe da universalização desejada. Esta constatação é grave se analisarmos a importância da educação e as inúmeras mudanças positivas que ela proporciona na qualidade de vida e renda dos sujeitos que tem acesso a mesma. Governo e sociedade precisam atuar de forma articulada para a superação desse cenário que reflete uma lógica excludente.

A direção e a equipe pedagógica também podem analisar se a escola está apresentando alguma limitação que esteja interferindo na qualidade da educação, investigando os problemas que impedem os alunos de frequentarem a escola regularmente, a dificuldade ou defasagem de aprendizagem que poderão interferir no acesso, na continuidade e na conclusão dos estudos com sucesso na escola. É necessário que toda comunidade escolar tenha clareza do projeto político-pedagógico da escola e saiba quais os objetivos educacionais que se está buscando, que tipo de homem se quer formar e para qual sociedade.

Quando os entrevistados apresentam como uma das causas da reprovação o número excessivo de alunos em sala, se percebe uma ausência de prioridade para com este nível de ensino, pois não se abrem mais turmas em razão do alto índice de repetência e a repetência acontece pelo excessivo número de alunos em sala que passam despercebidos, ou sem o acompanhamento eficaz por parte dos

professores e da escola como um todo e acabam desistindo sem serem, sequer, notados. Ou seja, acredita-se que é preciso cobrar do poder público e demais intuições que desempenhem o seu papel com seriedade, pois a educação escolar não está isolada do contexto social onde se insere. A sociedade e a escola devem buscar a democratização do conhecimento sendo que esta última precisa empenhar-se para não atuar como meio para reforçar a exclusão social.

A partir deste estudo não se tem a pretensão de esgotar a temática, pois se percebe claramente a necessidade de continuar os estudos principalmente pesquisando e aprofundando a reflexão sobre a diversidade dos alunos e a sua relação com a exclusão assim como o real significado da escola média no contexto atual.

## 5 REFERÊNCIAS:

ABRAMOVAY, M; CASTRO, M. G. **Ensino Médio: múltiplas vozes**. Brasília: UNESCO, MEC, 2003.

ARROYO, M. G. **Fracasso/sucesso: um pesadelo que perturba nossos sonhos**. Programa de correção de fluxo escolar. Cadernos em Aberto, Brasília: INEP nº. 17jan. 2000. [http://emaberto.inep.gov.br/index\\_php/emaberto/article/view File/1072/974](http://emaberto.inep.gov.br/index_php/emaberto/article/view/File/1072/974). Acesso em 02/12/15.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação (MEC). Resolução CNE nº 2, de 30 de janeiro 2012. **Diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Médio**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=9864&Itemid](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=9864&Itemid)>. Acesso em: 05 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **EMENDA CONSTITUCIONAL** 59/2009. Disponível em: [http://www.acaoeducativa.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=2126&Itemid=2](http://www.acaoeducativa.org/index.php?option=com_content&task=view&id=2126&Itemid=2) acesso em 04 de setembro de 2015.

\_\_\_\_\_. **LEI n.º 12.061/2009**. Revista Ação Educativa. Disponível em: [http://www.acaoeducativa.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=2126&Itemid=2](http://www.acaoeducativa.org/index.php?option=com_content&task=view&id=2126&Itemid=2). Acesso em 4 de setembro de 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do Ensino Médio, etapa I** - caderno I: Ensino Médio e formação humana integral / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; [autores : Carmen Sylvia Vidigal Moraes... et al.]. – Curitiba : UFPR/Setor de Educação, 2013.51p

BRASIL/INEP. **Censo da Educação Básica: 2011** – Resumo Técnico. Brasília: INEP, 2012.

CARVALHO, M. P. de. **Quem são os meninos que fracassam na escola?** Cadernos de Pesquisa, São Paulo: n. 121, p. 11-40, jan./mar. 2004.

CURY, C.R.J. **O direito à educação: um campo de atuação do gestor**. Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em <http://moodle.mec.gov.br/unb/file.php/8/moddata/data/71/81/781/jamilcury.pdf>. Acesso em 07.12.2015.

CORTELLA, M. S. **A Escola e o Conhecimento**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

DALBEN, Â. I. L. de F. **Conselhos de classe e avaliação: Perspectivas na gestão pedagógica da escola**. Campinas: Papirus, 2004.

DOURADO, L. F. (Coordenador); OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Revista Educação e Cultura Contemporânea. v. 11, n.26 133 Brasília, DF, Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Série Documental. Textos para Discussão, 2007. Disponível em: [http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade\\_da\\_educacao.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf). Acesso em: novembro de 2015.

\_\_\_\_\_.; MORAES, K. N. de; OLIVEIRA, J. F. de. **Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação.** [escoladegestores.mec.gov.br/site/4...gestao\\_escolar/pdf/texto2](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4...gestao_escolar/pdf/texto2). 2010

GATTI, B.; BARRETO, E. S. de S. **Professores do Brasil: impasses e desafios.** Brasília: Unesco, 2009. 294 p.

HADDAD, S. **O direito à educação no Brasil.** Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação. São Paulo: DHESC-Brasil, 2004.

KUENZER, A. Z. **O Ensino Médio agora é para a vida: Entre o pretendido, o dito e o feito.**In: Educação & Sociedade. nº 70. Campinas: CEDES, p. 15 - 39, 2000.

\_\_\_\_\_. **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho.** 5.ed., São Paulo-SP: Cortez, 2007

\_\_\_\_\_. **O ensino médio no plano nacional de educação 2011-2020: superando a década perdida?** Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, p. 851-873, 2010.

\_\_\_\_\_. **A formação de professores para o Ensino Médio.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 32, n. 116, p. 667-688, 2011.

\_\_\_\_\_. **Dilemas da formação de professores para o Ensino Médio no século XXI.** In: AZEVEDO, José Clovis, REIS, Jonas Tarcísio. (orgs.) Reestruturação do Ensino Médio: Pressupostos Teóricos e Desafios da Prática. - 1 ed. - São Paulo: Fundação Santillana, 2013. cap. 4, p. 81-96.

MICHAELIS: **Moderno dicionário da língua portuguesa.** São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998-(Dicionários Michaelis). 2259p.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALAVARSE, Ocimar Munhoz. **Ensino Médio: possibilidades de avaliação.** Educ. Soc., Campinas , v. 32, n. 116, p. 807-838, Sept. 2011 . Available from

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302011000300011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302011000300011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 26 May 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302011000300011>.

NEVO, D. **Avaliação por diálogos**: uma contribuição possível para o aprimoramento escolar. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, 1997, Rio de Janeiro. *Anais...* Brasília, DF: INEP, 1998. p. 89-97.

OLIVEIRA, D. A. **Regulação educativa na América Latina**: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 44, p. 209-227, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Ensino Médio diante da obrigatoriedade ampliada**: que lições podemos tirar de experiências observadas? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 91, n. 228, p. 269-290, maio/ago. 2010.

PARO, V. H. **Reprovação Escolar**: renúncia à educação. São Paulo: Xamã, 2003.

SOUSA, S.Z. **Avaliação Escolar**: constatações e perspectivas. *Revista de Educação AEC*, Brasília - DF, ano 24, nº 94, p.59-66, jan./mar.,1995.

\_\_\_\_\_. **Avaliação Institucional**: elementos para discussão. In: *O Ensino Municipal e a Educação Brasileira*, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. São Paulo: SME, 1999.

RAMOS, E. A. DE S. **Tensões entre MEC e SEED/PR**: uma análise a partir do Programa Ensino Médio Inovador. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná.

SUED/SEED. Instrução N.º 04/2009. Regimenta o ensino médio organizado por blocos. Curitiba: SEED, 2009.

VASCONCELLOS. C. dos S. **Avaliação:** Concepção Dialética Libertadora do Processo de Avaliação Escolar – 15. ed. São Paulo: Sibertad, 2005.